

**Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)  
dos EEA Grants  
para o período de 2009-2014**

**CONTRATO PROGRAMA**

entre

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**  
representando Portugal enquanto País Beneficiário  
e atuando pelo Ponto Focal Nacional (Unidade Nacional de Gestão)  
e

**Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.**  
adiante designado por “Operador do Programa”

relativo à Implementação do Programa  
**Iniciativas de Saúde Pública**  
adiante designado por o “Programa”

## ÍNDICE

### **CAPÍTULO 1**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.1 Âmbito
- 1.2 Quadro legal
- 1.3 Definições
- 1.4 Anexos e hierarquia de documentos
- 1.5 Princípios da Implementação do Programa
- 1.6 Comunicações
- 1.7 Estrutura de Gestão do Programa
- 1.8 Reuniões e Eventos
- 1.9 Informação e Publicidade

### **CAPÍTULO 2**

#### **PROGRAMA**

- 2.1 Implementação do Programa e informação
- 2.2 *Programme Agreement*
- 2.3 Taxa Máxima de Apoio e Cofinanciamento
- 2.4 Programas de Parceria com Doadores
- 2.5 Modificação do Programa
- 2.6 Relatório Anual e Relatório Final do Programa

### **CAPÍTULO 3**

#### **PROJETOS**

- 3.1 Projetos
- 3.2 Projetos Predefinidos
- 3.3 Regimes de Apoios Reduzidos
- 3.4 Elegibilidade dos candidatos
- 3.5 Convites à apresentação de candidaturas
- 3.6 Procedimentos de Seleção e Comité de Seleção
- 3.7 Contracto de Projeto
- 3.8 Parceiros de Projeto e Acordos de Parceria
- 3.9 Conformidade Legal
- 3.10 Informação a nível de Projeto

### **CAPÍTULO 4**

#### **GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLO**

- 4.1 Elegibilidade e Comprovação de Despesas
- 4.2 Custos de Preparação do Programa e Custos de Gestão
- 4.3 Elegibilidade dos pagamentos a Projetos
- 4.4 Fundo para Relações Bilaterais
- 4.5 Fundo para Ações Complementares
- 4.6 Sistema Nacional de Gestão e Controlo
- 4.7 Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa
- 4.8 Relatórios e Certificação Financeira
- 4.9 Cofinanciamento
- 4.10 Contas e Juros Bancários
- 4.11 Custos Indiretos
- 4.12 Transparência e disponibilidade de documentos
- 4.13 Acesso para Avaliações, Auditorias e Monitorizações Externas
- 4.14 Irregularidades
- 4.15 Suspensão de pagamentos, correções financeiras e reembolsos
- 4.16 Reafecção de Apoios Financeiros

### **CAPÍTULO 5**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 5.1 Responsabilidade
- 5.2 Modificações
- 5.3 Resolução de Litígios
- 5.4 Resolução do Acordo
- 5.5 Entrada em vigor e duração

#### **Anexos**

**Anexo 1** - Proposta do Programa

**Anexo 2** – *Programme Agreement*

**Anexo 3** – Sistema Nacional de Gestão e Controlo

**Anexo 4** – Estrutura de Gestão do Programa

**Anexo 5** – Compromissos Financeiros Plurianuais do Operador do Programa

Considerando o "*Programme Agreement*" celebrado entre o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e o Comité do Mecanismo Financeiro ("FMC") [REDACTED] para o financiamento do Programa Iniciativas de Saúde Pública no montante total estimado de € 11.764.706 e com o montante máximo de financiamento de € 10.000.000 pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para o período 2009-2014 (MFEEE 2009-2014), a que corresponde o montante de cofinanciamento nacional de € 1.764.706.

**Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia** ("MAOTE"), representando o Governo da República Portuguesa, sucedendo no mandato previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012, de 14 de Março e no Memorando de Entendimento assinado em 29 de Março de 2012, enquanto tutela do Ponto Focal Nacional, a Unidade Nacional de Gestão do MFEEE 2009-2014 ("UNG") e neste ato atuando pelo referido Ponto Focal Nacional

E

**Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.** adiante designada por "Operador do Programa", nomeado pelo Governo Português como entidade responsável, com capacidade legal e competência para promover a implementação do Programa Iniciativas de Saúde Pública, representada neste ato por [REDACTED]

Acordam livremente o presente **Contrato Programa** (correspondente ao "*Programme Implementation Agreement*")

## **CAPÍTULO 1**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.1**

##### **Âmbito**

O presente Contrato Programa estabelece os termos e as condições de implementação do Programa Iniciativas de Saúde Pública e os papéis e responsabilidades da UNG, enquanto Ponto Focal Nacional, e o Operador do Programa.

#### **Cláusula 1.2**

##### **Quadro Legal**

1. O presente Contrato Programa está sujeito ao Quadro Legal do MFEEE 2009-2014 aplicável a Portugal (adiante designado por "Quadro Legal") que é composto pelos seguintes documentos:
  - (a) Protocolo 38b ao Acordo do EEE relativo ao MFEEE 2009-2014;
  - (b) Regulamento relativo à implementação do MFEEE 2009-2014 e seus anexos, emitido pelos Estados Doadores, em conformidade com o n.º 8 do Artigo 8.º do Protocolo 38b (adiante designado por o "Regulamento");
  - (c) Memorando de Entendimento relativo à implementação do MFEEE 2009-2014, celebrado entre os Estados Doadores e o Governo da República Portuguesa, em 29 de Março de 2012 (adiante designado por "MoU");
  - (d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012, de 14 de Março;
  - (e) "Programme Agreement" celebrado em [REDACTED] entre o Comité do Mecanismo Financeiro (adiante designado por "FMC") e o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
  - (f) Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do MFEEE 2009-2014 adotados pela UNG, pela Autoridade de Auditoria e pela Autoridade de Certificação, nos termos do Artigo 4.8 do Regulamento (adiante designados por "Sistema Nacional de Gestão e Controlo"), e
  - (g) quaisquer diretrizes adotadas pelo FMC, após consulta com a UNG, nos termos do Regulamento.
2. O Operador do Programa declara conhecer o conteúdo dos documentos elencados no número anterior, incluindo os seus anexos e reconhece os termos e condições de implementação do Programa que deles resultam.
3. A UNG e o Operador do Programa reconhecem que os anexos dos documentos mencionados no n.º 1 constituem parte integrante daqueles documentos e são igualmente vinculativos.

4. A UNG e o Operador do Programa comprometem-se a cumprir integralmente as disposições do Quadro Legal, incluindo quaisquer obrigações que permaneçam válidas após a conclusão do Programa.
5. Em caso de inconsistência entre o presente Contrato Programa e qualquer outro documento referido no n.º 1, prevalecem os documentos do Quadro Legal.
6. Quaisquer alterações introduzidas nos documentos do Quadro Legal, incluindo a designação de entidades identificadas no MoU, e quaisquer alterações no *Programme Agreement*, são diretamente aplicáveis às Partes, sem necessidade de qualquer formalização.
7. Em todas as matérias que não se encontrem reguladas no presente Contrato Programa aplicam-se as normas constantes do Quadro Legal.

### Cláusula 1.3

#### Definições

1. Os termos empregues, as instituições e os documentos referidos no presente Contrato Programa devem ser entendidos como tendo o significado conforme com o Quadro Legal referido na Cláusula 1.2, em particular no Artigo 1.5 (Definições) do Regulamento.
2. Nos termos do Quadro Legal, as seguintes entidades devem ser entendidas como:
  - a) Ponto Focal Nacional – Unidade Nacional de Gestão (UNG);
  - b) Autoridade de Auditoria - Inspeção Geral de Finanças – (IGF);
  - c) Autoridade de Certificação – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – (IFDR);
  - d) Comité de Acompanhamento – de acordo com o estabelecido nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012, de 14 de Março;
3. O Comité do Mecanismo Financeiro (FMC) e o Gabinete do Mecanismo Financeiro (FMO) serão referidos no presente Contrato Programa como “FMC/FMO” sempre que não exista distinção relevante para os efeitos do mesmo.
4. O termo “Partes” no presente Contrato Programa deve ser entendido como referindo-se à UNG, enquanto Ponto Focal Nacional, e ao Operador do Programa.

### Cláusula 1.4

#### Anexos e hierarquia de documentos

1. Os seguintes Anexos constituem parte integrante do presente Acordo:
  - a) Proposta do Programa, incluindo os seus anexos – **Anexo 1**;
  - b) *Programme Agreement*, incluindo os seus anexos – **Anexo 2**;
  - c) Sistema Nacional de Gestão e Controlo do Mecanismo Financeiro do EEE para o período de 2009-2014, adotados pela UNG, pela Autoridade de Auditoria e pela Autoridade de Certificação, incluindo os seus anexos – **Anexo 3**;
  - d) Estrutura de Gestão do Programa – **Anexo 4**;
  - e) Comprovativo da responsabilidade financeira pelo cofinanciamento e Compromissos Financeiros Plurianuais do Operador do Programa – **Anexo 5**.

2. As disposições dos Anexos do Contrato Programa elencadas no número anterior devem ser interpretadas de forma consistente com os documentos do Quadro Legal referido na Cláusula 1.2 *supra*.
3. O Anexo 1 contém a Proposta do Programa e os seus anexos, subscrita pelo Operador do Programa em 28 de Novembro 2012 e submetida ao FMC/FMO, em 29 de Novembro 2012, através do “Sistema de Documentação, de Relatórios e de Informações (adiante designado por “DoRIS”) e toda a correspondência e comunicações subsequentes entre os FMC/FMO e o Operador do Programa, em data anterior à decisão sobre o Programa.
4. Os compromissos, declarações e garantias, explícitos e implícitos na Proposta do Programa são vinculativos para o Operador do Programa, salvo disposição contrária nos anexos do *Programme Agreement* (Anexo 2) e desde que tais compromissos, declarações e garantias estejam em conformidade com o Regulamento.
5. Em caso de inconsistências entre o Anexo 1 (Proposta do Programa) e o Anexo 2 (*Programme Agreement*), prevalece o Anexo 2.

#### **Cláusula 1.5**

##### **Princípios da Implementação do Programa**

1. As Partes devem cumprir as suas obrigações e prosseguir os objetivos estabelecidos no presente Contrato Programa, num quadro de estreita cooperação.
2. As Partes acordam em fornecer prontamente todas as informações necessárias ao bom funcionamento do Programa, em especial informando-se mutuamente relativamente a quaisquer circunstâncias que possam interferir com o êxito da implementação do Programa.
3. As Partes devem ainda cooperar no fornecimento atempado de informações adequadas a qualquer entidade designada no âmbito da implementação do MFEEE 2009-2014, tendo em vista assegurar o cumprimento das suas obrigações, conforme previsto no Quadro Legal.
4. As Partes comprometem-se a combater práticas corruptas na implementação do presente Programa, declarando ainda para esse efeito não aceitar, direta ou indiretamente, qualquer espécie de pagamento ou benefício que seja ou possa vir a ser interpretado como uma prática ilícita. Cada Parte deve informar imediatamente a outra relativamente a qualquer indício de corrupção ou uso inadequado de recursos relacionados com a implementação do Programa.
5. O Operador do Programa deve implementar o Programa assegurando o mais elevado grau de transparência, responsabilização e eficiência de custos, bem como o respeito dos princípios da boa governação, desenvolvimento sustentável, igualdade de género, igualdade de oportunidades e tolerância zero em relação à corrupção.
6. O Operador do Programa compromete-se a assegurar que a implementação do Programa é feita em conformidade com a legislação nacional e da União Europeia (UE) aplicável, em todas as suas fases, com especial incidência nas matérias de proteção ambiental, contratação pública, concorrência e auxílios estatais.

### **Cláusula 1.6**

#### **Comunicações**

1. O Operador do Programa deve cumprir prontamente as suas obrigações em matéria de comunicação identificadas no Quadro Legal e no presente Acordo.
2. As informações relativas ao Programa, a serem fornecidas pelo Operador de Programa à UNG ou ao FMC/FMO, devem ser prestadas em língua inglesa.
3. O Operador do Programa deve comunicar à UNG todas as informações relevantes fornecidas diretamente ao FMC/FMO em matéria de implementação do Programa.
4. Caso a UNG esteja sujeita a um prazo para a transmissão de informações ao FMC/FMO, a serem fornecidas pelo Operador do Programa, em resultado do Quadro Legal, do presente Contrato Programa ou de um pedido direto do FMC/FMO, o Operador do Programa deve fornecer as informações em causa dentro do prazo fixado pela UNG, ou caso a UNG não fixe um prazo, deve fazê-lo dentro de um prazo de 10 dias úteis.
5. Em caso de erros ou ambiguidades nas informações prestadas pelo Operador do Programa, a UNG pode solicitar o fornecimento de alterações no prazo de 5 dias úteis.
6. O Operador do Programa deve tomar todas as medidas apropriadas no sentido de assegurar junto dos seus Promotores e Parceiros de Projetos o cumprimento das suas obrigações de comunicação, em conformidade com a presente cláusula.

### **Cláusula 1.7**

#### **Estrutura de Gestão do Programa**

1. O Anexo 4 do presente Contrato Programa apresenta o quadro de informações sobre a estrutura de gestão atribuída pelo Operador do Programa para a implementação do Programa, listando os contactos, as responsabilidades e funções da equipa designada, identificando o Responsável do Programa e o seu substituto e discriminando o(s) responsável(eis) pelas áreas jurídica, financeira, técnica e de comunicação.
2. Os contactos da UNG são os seguintes:  
Praça do Comércio  
1149-010 LISBOA  
Tel.: +351 21 323 48 46  
Fax: +351 21 323 46 01  
[geral@eeagrants.gov.pt](mailto:geral@eeagrants.gov.pt)
3. Quaisquer alterações ou correções futuras no quadro do Anexo 4 e nos contactos apresentados no número anterior, devem ser comunicados pelas Partes, por escrito, com a maior brevidade.
4. O Operador do Programa assegura que a estrutura de gestão apresentada no Anexo 4 salvaguarda o princípio da segregação de funções, em particular a segregação das funções de seleção de Projetos e de pagamentos de quaisquer outras funções.
5. O Operador do Programa deve ainda transmitir à UNG as informações relevantes sobre a estrutura de gestão em relação aos Parceiros ao nível de Programa e de Projeto e em relação ao Comité de Cooperação, quando aplicável.

### **Cláusula 1.8**

#### **Reuniões e Eventos**

1. O Operador do Programa deve desenvolver todos os esforços no sentido de participar nos eventos e reuniões do MFEEE 2009-2014, ao nível de representação recomendado.
2. O Operador do Programa deve estar representado na Reunião Anual referida no Artigo 2.3 do Regulamento pelo seu Responsável de Programa ou, na sua ausência, pelo seu substituto.
3. O Operador do Programa deve prestar à UNG todas as informações sobre a implementação do Programa, necessárias para a preparação das reuniões, dos eventos e da Reunião Anual.
4. O Operador do Programa deve informar a UNG a respeito de quaisquer eventos promovidos no âmbito da implementação do Programa.

### **Cláusula 1.9**

#### **Informação e Publicidade**

1. O Operador do Programa deve cumprir os Requisitos de Informação e Publicidade estabelecidos no Anexo 4 do Regulamento e o Plano de Comunicação constante da Proposta do Programa (Anexo 1).
2. O Operador do Programa deve criar e manter atualizado um sítio web dedicado ao Programa, em Português e em Inglês, de acordo com o cronograma estimado apresentado na Proposta do Programa (Anexo 1), ou no prazo de 3 meses após a assinatura do presente Acordo, consoante o que for mais cedo.
3. O Operador de Programa deve prestar à UNG informação atualizada em Português e Inglês sobre a implementação do Programa, adequada para efeitos de publicação nos sítios web do MFEEE 2009-2014 nacional e geral, incluindo, mas não limitado, aos convites para apresentação de candidaturas.
4. O Operador do Programa deve assegurar o cumprimento por parte dos Promotores de Projetos das suas obrigações em matéria de informação e publicidade, em conformidade com o Quadro Legal.

## **CAPÍTULO 2**

## **PROGRAMA**

### **Cláusula 2.1**

#### **Implementação do Programa e Informação**

1. O Operador do Programa é responsável pela implementação do Programa em conformidade com os objetivos do MFEEE 2009-2014, com o Quadro Legal, em particular o Artigo 4.7 do Regulamento, e com o presente Acordo, incluindo quaisquer obrigações que permaneçam válidas após a conclusão do Programa, devendo ainda assegurar que a implementação do Programa cumpre em todas as suas fases a legislação nacional e da UE aplicáveis.
2. O Operador do Programa deve garantir a qualidade da implementação do Programa de acordo com os princípios da economia, eficiência e eficácia e o acompanhamento e avaliação rigorosa e permanente dos resultados (*outcomes*), ações (*outputs*) e indicadores (*indicators*) do

Programa, estabelecidos no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2), devendo assegurar a disponibilidade e acesso à informação relevante a todo o momento.

3. O Operador do Programa deve registar sistematicamente na base de dados DoRIS os dados estatísticos relativos ao Programa e aos Projetos implementados no âmbito do Programa, nos termos do Capítulo 6 do Manual do Operador do Programa, apresentado no Anexo 9 do Regulamento.

4. O Operador do Programa deve fornecer à UNG, no prazo de 30 dias a contar do final de cada trimestre, as informações e os dados relativos ao estado da implementação do Programa, em particular:

- a) Avaliação do estado de progresso, qualidade, risco da implementação do Programa e da sua conformidade com o Quadro Legal e com a legislação relevante a nível nacional e da UE;
- b) Em conformidade com os requisitos do Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3), as informações e os dados para o acompanhamento e avaliação dos progressos realizados, tendo em vista os resultados (*outcomes*) e as ações (*outputs*), de acordo com os indicadores (*indicators*) e os requisitos financeiros acordados e especificados no *Programme Agreement*, *inter alia*, através de avaliações e verificações *in loco* dos projetos, levadas a cabo por amostragem aleatória;
- c) Cumprimento das obrigações em matéria de informação e publicidade.

5. Sem prejuízo das avaliações de risco e das obrigações de apresentação atempada de relatórios, nos termos do Quadro Legal e do presente Contrato Programa, o Operador do Programa compromete-se a notificar imediatamente a UNG e o FMC/FMO relativamente a quaisquer circunstâncias que, de algum modo, possam comprometer o êxito da implementação do Programa.

6. O Operador do Programa deve fornecer e disponibilizar informações a nível do Projeto, de acordo com a Cláusula 3.10 do presente Acordo.

7. O Operador do Programa deve arquivar e manter disponível toda a documentação relativa ao Programa durante a sua implementação e ainda durante 5 anos contados a partir da aprovação pelo FMC do Relatório Final do Programa referido na Cláusula 2.6 infra.

## **Cláusula 2.2**

### ***Programme Agreement***

1. Nos termos do Artigo 5.3 do Regulamento, as condições estabelecidas pelo FMC/FMO na decisão de aprovação do Programa encontram-se listadas no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2) e, quando adequado, são referidas nas cláusulas do presente Contrato Programa.

2. As obrigações da UNG relativas à implementação do Programa previstas no *Programme Agreement* aplicam-se ao Operador do Programa.

### **Cláusula 2.3**

#### **Taxa Máxima de Apoio e Cofinanciamento**

1. A taxa máxima de apoio ao financiamento do Programa, o montante do apoio e a sua repartição entre as despesas elegíveis listadas no Artigo 7.1 do Regulamento estão fixados no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2).
2. O Operador do Programa é responsável por assegurar o cofinanciamento para a implementação do Programa no montante de € 1.764.706, assim como todas as despesas e custos não elegíveis necessários à sua completa implementação.
3. Os termos dos compromissos financeiros plurianuais para o cofinanciamento a cargo do Operador do Programa são regulados na Cláusula 4.9 infra.
4. O Operador do Programa é responsável por assegurar que os fundos e todos os ativos que façam parte do Programa são usados exclusivamente para os fins do Programa e seus Projetos e em conformidade com o Quadro Legal.
5. O Operador do Programa deve assegurar que qualquer financiamento de Projetos desenvolvidos ao abrigo do Programa é realizado em todo o momento em cumprimento da legislação nacional e da UE aplicável, em particular todas as regras processuais e materiais em matéria de auxílios estatais, bem como todas as regras aplicáveis em matéria de contratação pública, concorrência e proteção ambiental.
6. O Operador do Programa deve manter registos escritos de todas as consultas e avaliações feitas relativamente ao cumprimento das regras em matéria de auxílios estatais, concorrência e contratação pública, particularmente em relação a decisões de concessão de apoios ou financiamento e de fixação de taxas de apoio, devendo estes registos ser facultados à UNG ou ao FMC/FMO, quando solicitados.

### **Cláusula 2.4**

#### **Programas de Parceria com Doadores**

1. Caso o Programa corresponda a um Programa de Parceria com Doadores (*Donor Partnership Programme*), o Operador do Programa deve cumprir todas as disposições aplicáveis e previstas no Quadro Legal, em particular no Regulamento.
2. O Operador do Programa deve informar a UNG a respeito de qualquer reunião do Comité de Cooperação, devendo facultar à UNG a respetiva agenda de trabalhos e documentos, incluindo as atas das reuniões realizadas.

### **Cláusula 2.5**

#### **Modificação do Programa**

1. O Programa pode ser modificado, mediante aprovação prévia do FMC, nos termos das disposições fixadas no Artigo 5.9 do Regulamento.
2. O Operador do Programa deve fornecer à UNG, para aprovação provisória, uma descrição e justificação da proposta para a modificação do Programa, assim como o resultado quanto ao cumprimento da legislação nacional e da UE, os potenciais impactos financeiros, as avaliações

de risco, os resultados (*outcomes*), ações (*outputs*) e indicadores (*indicators*) do Programa modificado.

3. Caso uma modificação do Programa implique uma alteração do Operador do Programa aplicar-se-á a Cláusula 5.4 *infra*, não se considerando, para efeito da presente cláusula, como alteração do Operador do Programa as alterações decorrentes de reestruturações da organização da Administração Pública.

## **Cláusula 2.6**

### **Relatório Anual e Relatório Final do Programa**

1. O Operador do Programa deve submeter ao FMC/FMO e à UNG um Relatório Anual do Programa, nos termos das disposições do Artigo 5.11 do Regulamento e conforme descrito no respetivo Anexo 9, o mais tardar até 15 de Fevereiro de cada ano.
2. Para além dos requisitos indicados no Regulamento, o Relatório Anual do Programa deve ainda incluir o seguinte:
  - a) análise sobre os resultados (*outcomes*), as ações (*outputs*) e os indicadores (*indicators*) para as relações bilaterais e uma avaliação da contribuição do Programa para o reforço das relações bilaterais com os Estados Doadores;
  - b) análise sobre a contribuição do Programa para a redução das disparidades sociais e económicas.
3. O Relatório Anual deve reportar-se ao ano civil anterior e o primeiro Relatório Anual do Programa deve ser submetido o mais tardar até 15 de Fevereiro de 2014.
4. O Operador do Programa deve ainda submeter ao FMC, através da Autoridade de Certificação, um Relatório Final do Programa, referente à totalidade do prazo do Programa, nos termos do Artigo 5.12 do Regulamento e conforme previsto no respetivo Anexo 9, o mais tardar até 30 de Abril de 2017, exceto se uma extensão temporal excecional tiver sido concedida pelo FMC.
5. O Operador do Programa deve notificar a UNG do envio do Relatório Final do Programa submetido ao FMC.

## **CAPÍTULO 3**

### **PROJETOS**

#### **Cláusula 3.1**

##### **Projetos**

1. O Operador do Programa é responsável pela implementação dos Projetos e deve assegurar que estes contribuem para os objetivos globais do MFEE 2009-2014 e que alcançam os resultados (*outcomes*), as ações (*outputs*) e os indicadores (*indicators*) do Programa definidos no *Programme Agreement*.

2. O Operador do Programa deve assegurar que os Projetos cumprem o Quadro Legal, o presente Contrato Programa e a legislação nacional e da UE e, ainda, que os promotores dos Projetos têm capacidade para executar os Projetos.
3. Os Projetos são selecionados através de convites à apresentação de candidaturas, em conformidade com o Regulamento e outros documentos relevantes do Quadro Legal e nos termos das disposições da Cláusula 3.5 infra.

### **Cláusula 3.2**

#### **Projetos Predefinidos**

1. Sem prejuízo da regra referida na Cláusula anterior, podem ser identificados Projetos predefinidos no âmbito do Programa sem recurso ao convite para apresentação de candidaturas, quando estes estejam identificados no MoU ou no *Programme Agreement* (Anexo 2).
2. Previamente a celebrar um Contrato de Projeto para um projeto predefinido e, em conformidade com o parágrafo 3 do Artigo 5.5 do Regulamento e os requisitos fixados no *Programme Agreement*, o Operador de Programa deve assegurar a realização de uma avaliação desse projeto, de modo a verificar a sua qualidade e contribuição para os objetivos do Programa, assim como o cumprimento da legislação nacional e da UE.
3. O Operador do Programa, antes de celebrar o respetivo Contrato de Projeto, deve notificar a UNG sobre os resultados da avaliação mencionada no número anterior.
4. O Operador do Programa deve publicitar no sítio web referido na Cláusula 1.9 supra, o contexto, a justificação e toda a informação relevante a respeito da existência de qualquer projeto predefinido no âmbito do Programa.

### **Cláusula 3.3**

#### **Regimes de Apoios Reduzidos**

Para além das disposições aplicáveis previstas no Quadro Legal, em particular o Artigo 5.6 do Regulamento, caso o *Programme Agreement* estabeleça regimes de apoios reduzidos (*Small Grant Schemes*), os Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa referidos na Cláusula 4.7 *infra* devem determinar os termos e as condições da sua gestão e implementação.

### **Cláusula 3.4**

#### **Elegibilidade dos candidatos**

1. Qualquer entidade, pública ou privada, comercial ou não-comercial e organizações não-governamentais constituídas como pessoas coletivas com sede legal em Portugal, assim como organizações intergovernamentais a operar em Portugal, são considerados candidatos elegíveis para beneficiar dos apoios do Mecanismo Financeiro do EEE 2009-2014.
2. Pessoas singulares que sejam residentes legais nos Estados Doadores ou em Portugal são candidatos elegíveis ao abrigo dos programas de bolsas de estudo e de componentes de bolsas de estudo no âmbito do Programa.

3. Quaisquer limitações em matéria de elegibilidade dos candidatos referidos nos n.ºs 1 e 2 supra e no Regulamento, aprovadas pelo FMC e previstas no *Programme Agreement*, devem ser expressamente justificadas e referidas em todas as informações públicas relevantes relativamente à seleção de Projetos, nomeadamente nos anúncios dos convites à apresentação de candidaturas.

### **Cláusula 3.5**

#### **Convites à apresentação de candidaturas**

1. Os convites à apresentação de candidaturas devem ser organizados e lançados pelo Operador do Programa, em conformidade com o Quadro Legal e o presente Acordo, e em particular, com os requisitos fixados no Artigo 6.3 do Regulamento e no *Programme Agreement*.
2. Nos termos do Artigo 6.3 do Regulamento, o anúncio público dos convites à apresentação de candidaturas só pode ser realizado, no mínimo, 4 semanas após a comunicação desse anúncio ao FMC/FMO e à UNG e desde que o FMC/FMO não suscite quaisquer objeções relativamente à sua conformidade com o Quadro Legal.

### **Cláusula 3.6**

#### **Procedimentos de Seleção e Comité de Seleção**

1. O Operador do Programa deve adotar o processo de seleção de acordo com o Quadro Legal, em particular com o Artigo 6.5 do Regulamento e com o *Programme Agreement* e de acordo com a legislação nacional e da UE aplicável.
2. Para a seleção das candidaturas o Operador do Programa deve, nos termos do Artigo 6.4 do Regulamento, constituir um Comité de Seleção composto no mínimo por três pessoas com competência relevante na área em questão, que deve recomendar os Projetos a serem financiados pelo Programa.
3. O FMC/FMO e a UNG devem ser convidados a participar nas reuniões do Comité de Seleção, na qualidade de observadores e o Operador do Programa, quando necessário, deve fornecer ao FMC/FMO assistência em termos de tradução e interpretação e um resumo das atas das reuniões, em língua inglesa, o mais tardar duas semanas após a realização das reuniões.
4. O Operador do Programa deve prevenir qualquer conflito de interesses, atual ou potencial, no processo de seleção, devendo resolver qualquer conflito de interesses que ocorra, impedindo que este afete o processo de seleção.
5. O Operador do Programa deve seguir a Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 7 de Novembro de 2012, publicado no sítio web oficial do Tribunal de Contas de Portugal (<http://www.tcontas.pt/>), relativamente à gestão de conflitos de interesse no sector público.

### Cláusula 3.7

#### Contrato de Projeto

1. O Operador do Programa deve celebrar um Contrato de Projeto com o Promotor do Projeto, para cada projeto aprovado, em conformidade com o Artigo 6.7 do Regulamento e com a legislação aplicável, dentro de um prazo de dois meses após a decisão final sobre a subvenção do projeto.
2. O Contrato de Projeto deve estabelecer os termos e as condições para a atribuição do apoio financeiro, assim como o papel e a responsabilidade das Partes, devendo prever em particular disposições que assegurem que o Promotor do Projeto se compromete a cumprir integralmente as disposições do Quadro Legal referidas na Cláusula 1.2 supra e os princípios referidos na Cláusula 1.5, incluindo qualquer obrigação válida que subsista após a conclusão do projeto.
3. O Contrato de Projeto deve ainda incluir uma cláusula precisando que este será executado pelo Promotor do Projeto e, se for o caso, pelo Parceiro de Projeto, em conformidade com as melhores práticas internacionais na prevenção e no combate à corrupção e aos crimes associados a esta.
4. O Operador do Programa é responsável por assegurar que as obrigações do Promotor do Projeto, ao abrigo de cada Contrato de Projeto, são válidas e vinculativas nos termos da legislação aplicável.
5. Sem prejuízo de outros requisitos estabelecidos no presente Contrato Programa, no Quadro Legal, em particular no Regulamento e no *Programme Agreement* (Anexo 2), o Operador do Programa deve assegurar que o Contrato de Projeto inclui disposições que assegurem que:
  - a) o Promotor do Projeto estabelece e mantém um conta bancária separada para cada projeto, em conformidade com a Cláusula 4.10 infra;
  - b) o Promotor do Projeto estabelece e mantém um registo contabilístico separado para cada projeto;
  - c) o Promotor do Projeto e os Parceiros de Projeto devem cobrir todos os custos não elegíveis no âmbito do projeto;
  - d) o Promotor do Projeto e os Parceiros de Projeto devem assegurar o pleno acesso para efeitos de avaliações, controlos e auditorias, nos termos previstos na Cláusula 4.13 infra e cumprir as recomendações dela decorrentes;
  - e) caso o *Programme Agreement* preveja uma exceção da regra geral contida no parágrafo 1 alínea c) do Artigo 7.3º do Regulamento, o Promotor do Projeto deve cumprir as condições específicas fixadas no Anexo I do *Programme Agreement*;
  - f) o Projeto é executado com um elevado nível de desempenho em matéria de proteção ambiental e, em particular, caso as atividades dos projetos sejam geradoras de resíduos, que o seu tratamento seja assegurado.
6. O Operador do Programa deve assegurar que o prazo mínimo de operação do projeto após a conclusão, a ser determinado no Contrato de Projeto, reflita o objetivo de promover a sua sustentabilidade e que o projeto seja gerador dos máximos benefícios para o público-alvo e beneficiários finais, sem prejuízo do Artigo 7.15 do Regulamento relativamente a Projetos que envolvam investimento em bens imobiliários e/ou terrenos.

7. O Operador do Programa deve assegurar que cada Contrato de Projeto se mantém em vigor e é aplicável no mínimo durante 5 anos após a aprovação pelo FMC do Relatório Final do Programa referido na Cláusula 2.6 supra, de forma a regular quaisquer obrigações que se mantenham válidas após a conclusão do projeto.

8. O Operador do Programa deve fornecer à UNG uma cópia de cada Contrato de Projeto celebrado.

### **Cláusula 3.8**

#### **Parceiros de Projeto e Acordos de Parcerias**

1. Caso um projeto seja implementado envolvendo parcerias, o Operador do Programa deve assegurar que o Promotor do Projeto celebra um Contrato Programa de Parceria com os Parceiros de Projeto, em conformidade com o Artigo 6.8 do Regulamento e que o mesmo cumpre a legislação aplicável, em particular, relativamente a contratação pública.

2. O Operador do Programa deve assegurar que o Promotor do Projeto celebra o Contrato Programa de Parceria antes da celebração do Contrato de Projeto e que os seus termos e condições satisfazem os requisitos do Regulamento.

3. Quando aplicável por força do *Programme Agreement*, o Operador de Programa deve assegurar que os custos incorridos pelos Parceiros de Projeto num projeto predefinido são cobertos pelo orçamento do Projeto.

### **Cláusula 3.9**

#### **Conformidade Legal**

O Operador do Programa deve assegurar ao nível de projeto que o Quadro Legal, em especial o Artigo 7.16 do Regulamento e que a legislação nacional e da UE aplicável, designadamente a relativa aos auxílios estatais, à concorrência, à contratação pública e à proteção ambiental é cumprida em todas as fases da implementação do Programa e dos Projetos por todas as partes envolvidas.

### **Cláusula 3.10**

#### **Informação ao nível de Projetos**

1. O Operador do Programa deve compilar e manter atualizada informação ao nível dos projetos, de modo a cumprir as suas obrigações em matéria de reporte e para responder a qualquer pedido de informações da UNG ou do FMC/FMO.

2. O Operador do Programa deve assegurar a existência de um sistema de informação específico para cada Projeto, em conformidade com o Anexo 9 do Regulamento.

3. O Operador do Programa é responsável pela elaboração e disponibilização de informações e dados que, no mínimo, contenham:

a) Os resultados da implementação do Plano Anual de Monitorização apresentado na Proposta do Programa (Anexo 1), que devem incluir avaliações e verificações *in loco* de uma amostra de projetos selecionados com base na avaliação do risco e com base em amostras aleatórias, em conformidade com o Artigo 4.7 do Regulamento;

- b) Recolha de dados pormenorizados sobre os convites para apresentação de candidaturas, referidos na Folha 1 do Anexo 1 do Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3);
  - c) Relatórios de monitorização operacional e financeira, baseados nos dados coligidos, em conformidade com a Folha 2 do Anexo 1 do Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3); e
  - d) Em conformidade com o Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3), a identificação e caracterização do indicador, do alvo, da fórmula de cálculo, das variáveis elementares, a fonte de recolha de dados e a sua periodicidade (anual, trimestral, mensal), a entidade responsável e outros dados relevantes, necessários para avaliar os resultados (*outcomes*) e ações (*outputs*) do Programa.
4. Sem prejuízo das demais obrigações de informação e reporte previstas no Regulamento e no presente Contrato Programa, o Operador do Programa deve prestar à UNG as informações previstas no número anterior, no prazo de 30 dias após o termo de cada trimestre.

## **CAPÍTULO 4**

### **GESTÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

#### **Cláusula 4.1**

##### **Elegibilidade e Comprovação de Despesas**

1. As despesas elegíveis do Programa estão previstas no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2) e no Quadro Legal, em particular, no Artigo 7.1 do Regulamento.
2. Os comprovativos das despesas e dos custos incorridos pelo Operador do Programa, pelo Promotor do Projeto e pelos Parceiros de Projeto devem respeitar o Regulamento, em particular com o disposto no Artigo 7.13 do Regulamento.

#### **Cláusula 4.2**

##### **Custos de Preparação dos Programas e Custos de Gestão**

1. Os custos incorridos pelo Operador do Programa diretamente relacionados com a preparação do Programa podem ser elegíveis, nos termos e condições previstos no Regulamento, em particular, no Artigo 7.9, e no presente Contrato Programa.
2. A primeira data de elegibilidade dos custos de preparação do Programa é a data em que o Operador do Programa foi designado, de acordo com as disposições do Quadro Legal, correspondendo a 30 de Março 2012.
3. A última data de elegibilidade dos custos de preparação do Programa é 14 de Abril de 2013, correspondendo à data anterior à data de aprovação do Programa pelo FMC, de acordo com o registo na DoRIS, nos termos do parágrafo 2 do Artigo 7.9 do Regulamento.
4. Os custos de gestão do Operador do Programa podem ser elegíveis nos termos e condições previstos no Regulamento, em particular no Artigo 7.10 e no presente Contrato Programa.

5. Os custos de gestão do Operador do Programa são elegíveis desde a data de aprovação do Programa pelo FMC, registado no DoRIS, correspondendo a 15 de Abril de 2013.
6. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 4 e 5 do Artigo 7.14 do Regulamento, a data final de elegibilidade dos custos de gestão será 30 de Abril de 2017, salvo se o *Programme Agreement* (Anexo 2) indicar outra data.

#### **Cláusula 4.3**

##### **Elegibilidade de Pagamentos a Projetos**

1. As despesas elegíveis dos Projetos são as que forem efetivamente incorridas pelo Promotor do Projeto e que cumprem todos os critérios fixados no Quadro Legal, em particular os critérios referidos nos Artigos 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6 e 7.14. do Regulamento.
2. O Operador do Programa deve verificar se todas as despesas declaradas pelo Promotor do Projeto foram efetivamente incorridas e se satisfazem os requisitos do Quadro Legal, do presente Contrato Programa e do Contrato do Projeto.
3. O Operador do Programa deve assegurar que os pagamentos aos promotores dos projetos são efetuados atempadamente.
4. O período de elegibilidade das despesas dos projetos decorre entre a data da decisão final do Operador do Programa sobre a atribuição do apoio financeiro ao projeto e a data fixada nessa decisão e no Contrato do Projeto, a qual não deve ultrapassar um ano após a data prevista para a conclusão do projeto, ou 30 de Abril de 2016, conforme a data que ocorrer primeiro.
5. Em casos excecionais e devidamente justificados, o FMC pode prorrogar o prazo de elegibilidade até 30 de Abril de 2017, em conformidade com o Artigo 7.14 do Regulamento.
6. No caso previsto no número anterior, a proposta a ser submetida ao FMC deve ser enviada pelo Operador do Programa, através da UNG, o mais tardar até 6 meses antes da data final de elegibilidade.
7. Caso um projeto não esteja concluído na data final de elegibilidade, o Operador do Programa é responsável pelos custos e despesas necessários à conclusão do projeto apoiado, sob pena do reembolso ao FMC pelo valor da contribuição financeira concedida ao projeto, de acordo com o parágrafo 6 do Artigo 7.14 do Regulamento.

#### **Cláusula 4.4**

##### **Fundo para Relações Bilaterais**

1. O Operador do Programa deve promover a cooperação e facilitar a criação de parcerias com entidades dos Estados Doadores, ao nível de projetos, quando apropriado.
2. O orçamento do Fundo para Relações Bilaterais, no Programa, encontra-se especificado no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2).
3. As categorias de despesas elegíveis previstas no orçamento encontram-se indicadas no Artigo 7.7 do Regulamento.
4. Caso o presente Programa corresponda a um Programa de Parceria com os Países Doadores (*Donor Partnership Programme*), a utilização e criação do Fundo para Relações

Bilaterais deve ser decidida em consulta com o Comité de Cooperação referido na Cláusula 2.4 supra.

#### **Cláusula 4.5**

##### **Fundo para Ações Complementares**

1. O orçamento para Ações Complementares ao abrigo do Programa encontra-se especificado no Anexo I do *Programme Agreement* (Anexo 2).
2. As categorias de despesas elegíveis ao abrigo do orçamento para Ações Complementares encontram-se indicadas no Artigo 7.11 do Regulamento.
3. Caso o presente Programa corresponda a um Programa de Parceria com os Países Doadores (*Donor Partnership Programme*), o plano de atividades ao abrigo do fundo para Ações Complementares deve ser decidido em consulta com o Comité de Cooperação referido na Cláusula 2.4 supra.

#### **Cláusula 4.6**

##### **Sistema Nacional de Gestão e Controlo**

1. O Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3) descreve em pormenor a organização e os procedimentos referentes à aplicação do MFEED 2009-2014 em Portugal envolvendo a UNG, a Autoridade de Certificação, a Autoridade de Auditoria e os Operadores do Programa e são complementados pelos Sistemas de Gestão e Controlo do Operador de Programa.
2. O Sistema Nacional de Gestão e Controlo é aplicável e vinculativo para o Operador do Programa.

#### **Cláusula 4.7**

##### **Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa**

1. O Operador do Programa deve definir os Sistemas de Gestão e Controlo, de acordo com o disposto no parágrafo 2 do Artigo 4.8 do Regulamento, assegurando que a implementação do Programa está de acordo com os princípios da economia, eficiência e eficácia e que o apoio financeiro será utilizado exclusivamente para cumprir os objetivos do Programa e dos respetivos Projetos, conforme previsto no *Programme Agreement*.
2. Os Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa devem garantir o cumprimento do princípio da segregação de funções e a existência de um sistema eletrónico distinto para registo e armazenamento dos registos contabilísticos de cada projeto ao abrigo do Programa, devendo ainda garantir que os dados relativos à implementação, necessários para a gestão financeira, relatórios, monitorização, verificações, auditorias e avaliações, podem ser compilados e disponibilizados quando solicitados.
3. Os Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa devem incluir em particular:
  - a) o sistema de verificação de pedidos de pagamento, nomeadamente, a descrição dos procedimentos para receber, verificar e validar pedidos de pagamento antecipado e reembolso e para a autorização, execução e registo de pagamentos a beneficiários;
  - b) os sistemas de auditoria e supervisão;

- c) o sistema de prevenção, mitigação, deteção, reporte e resolução de irregularidades;
  - d) o sistema estabelecido para a manutenção e registo de todas as atividades/projetos apoiados para efeitos de auditoria;
  - e) a descrição dos procedimentos de seleção e aprovação de Projetos e a garantia de que estão em conformidade com o Quadro Legal e com a legislação nacional e da UE ;
  - f) a descrição dos procedimentos de avaliação e verificação dos projetos;
  - g) a descrição do processo de reporte de informação às entidades envolvidas no Sistema Nacional de Gestão e Controlo;
  - h) a descrição dos sistemas de contabilidade e informação a serem utilizados na gestão financeira do Programa.
4. O Operador do Programa, de acordo com o Artigo 4.8 do Regulamento, deve apresentar à Autoridade de Auditoria, através da UNG, os seus Sistemas de Gestão e Controlo, antes de apresentar o primeiro Relatório Financeiro Intercalar à Autoridade de Certificação, nos termos da Cláusula 4.8 infra e de acordo com o Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3).
5. A UNG deve submeter ao FMC/FMO os Sistemas de Gestão e Controlo do Operador do Programa, juntamente com o relatório e o parecer emitidos pela Autoridade de Auditoria, referidos nos parágrafos 3 e 4 do Artigo 4.8 do Regulamento.

#### **Cláusula 4.8**

##### **Relatórios e Certificação Financeira**

1. O Operador do Programa deve apresentar à Autoridade de Certificação todas as declarações de despesas sob o formato de Relatórios Financeiros Intercares ("IFR"), nos termos do Artigo 8.3 do Regulamento e do modelo previsto no Anexo 11, com a informação necessária sobre os procedimentos e as verificações realizadas relativamente às despesas, fornecendo em particular as informações de acordo com o formato apresentado nos Anexos 3, 4, 5 e 6 dos Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3).
2. O Operador do Programa deve apresentar o primeiro IFR após a emissão do relatório e parecer favorável da Autoridade de Auditoria referidos nos parágrafos 3 e 4 do Artigo 4.8 do Regulamento.
3. De acordo com o Artigo 8.5 do Regulamento, o Operador do Programa deve apresentar à Autoridade de Certificação uma estimativa dos pagamentos previstos ("*forecast of likely payments*"), utilizando para esse efeito o modelo do Anexo 7 do Regulamento.
4. Caso o Operador do Programa não apresente o IFR até 8 meses após o termo do período de reporte em que as despesas tenham sido incorridas, as despesas nele apresentadas e relativas a esse período devem ser consideradas não elegíveis e canceladas, sendo o Operador do Programa responsável pelos respetivos custos e despesas.

**Cláusula 4.9**  
**Cofinanciamento**

1. O cofinanciamento do Programa é calculado com base na taxa de financiamento prevista no Anexo I do *Programme Agreement*.
2. O Operador do Programa é responsável pelo cofinanciamento, de acordo com o sistema de financiamento proporcional previsto no parágrafo 5 do Artigo 8.1 do Regulamento, devendo complementar para esse efeito os apoios financeiros pagos pelo FMC no prazo de um mês.
3. O comprovativo da responsabilidade financeira pelo cofinanciamento e a assunção dos compromissos financeiros plurianuais do Operador do Programa encontram-se expressos no Anexo 5 do presente Contrato Programa.
4. O Operador do Programa é responsável por todos os custos e despesas não elegíveis necessários à plena execução e conclusão do Programa.

**Cláusula 4.10**  
**Contas e Juros Bancários**

1. O Operador do Programa deve abrir e manter uma conta bancária separada, reservada para os fundos destinados aos apoios financeiros no âmbito do Programa.
2. De acordo com a Cláusula 3.7 supra, o Operador do Programa deve assegurar que cada Promotor de Projeto abre e mantém uma conta bancária separada para cada projeto, exceto se existir entendimento diferente por parte da Autoridade de Certificação e/ou da Autoridade de Auditoria.
3. Os juros gerados nas contas bancárias referidas na presente Cláusula devem ser considerados como sendo um recurso do FMC e devem ser declarados à Autoridade de Certificação para reembolso ao FMC, de acordo com os procedimentos previstos no Artigo 8.7 do Regulamento, utilizando para esse efeito o modelo apresentado no Anexo 8 do Regulamento.

**Cláusula 4.11**  
**Custos Indiretos**

De acordo com a subparágrafo b) do parágrafo 1 do Artigo 7.4 e com parágrafo 4 do Artigo 7.13 do Regulamento, o Operador do Programa deve apresentar ao FMC/FMO, através da UNG, a metodologia utilizada no cálculo da taxa fixa aplicável aos custos elegíveis indiretos (custos de estrutura), dentro do prazo estabelecido no *Programme Agreement*.

**Cláusula 4.12**  
**Transparência e disponibilidade de documentos**

1. O Operador do Programa deve manter um registo, para efeitos de auditoria, de todas as operações relacionadas com a implementação do Programa e garantir igualmente junto do Promotor de Projeto e dos Parceiros de Projetos a existência desse registo, que permitam em particular:

- a) a reconciliação da despesa certificada pela Autoridade de Certificação nos relatórios financeiros intercalares, assim como no relatório final do Programa e nos documentos originais de suporte a vários níveis administrativos; e
  - b) a verificação da afetação e transferência do apoio do MFEEE 2009-2014 e da contribuição financeira nacional.
2. O Operador do Programa deve garantir que todos os comprovativos de despesas e os documentos relativos à auditoria do Programa são mantidos no seu formato original ou em versões certificadas dos documentos originais em suportes de dados geralmente aceites.
3. O Operador do Programa deve manter os documentos disponíveis para o FMC e para o Conselho de Auditoria da EFTA por um período mínimo de três anos após a aprovação do Relatório Final do Programa por parte do FMC, de acordo com o Regulamento.

#### **Cláusula 4.13**

##### **Acesso para Avaliações, Auditorias e Monitorizações Externas**

1. O Operador do Programa deve facultar a todo o momento o acesso imediato, total e sem impedimento a todas as informações, documentos, pessoas, locais e instalações, públicas ou privadas, que sejam relevantes para avaliações, auditorias, verificações *in loco* e monitorizações no âmbito da implementação do Programa às pessoas que efetuem tais avaliações, auditorias, verificações *in loco* e monitorizações em nome de qualquer entidade envolvida na implementação do MFEEE 2009-2014, incluindo o FMC, o Conselho de Auditoria da EFTA, a UNG, a Autoridade de Certificação, a Autoridade de Auditoria ou qualquer entidade autorizada para atuar em seu nome.
2. O Operador do Programa deve garantir que os Promotores de Projetos e os Parceiros de Projetos disponibilizam total acesso a qualquer avaliação, auditoria ou monitorização realizada ao nível dos projetos.
3. O Operador de Programa deverá garantir que todas as recomendações produzidas pelas avaliações, auditorias e monitorizações externas sobre a implementação do Programa e sobre os projetos são implementadas adequadamente.

#### **Cláusula 4.14**

##### **Irregularidades**

1. As Partes devem desenvolver todos os esforços para prevenir, detetar e anular os efeitos de quaisquer eventuais casos de irregularidades.
2. Quaisquer casos de suspeitas ou efetivas irregularidades, detetados pelo Operador do Programa devem ser imediatamente comunicados à UNG e devem ser investigados atempada e eficientemente, assim como devem ser adequadamente corrigidas, incluindo através das correções financeiras que possam ser apropriadas.
3. As *Orientações para a determinação das correções financeiras a aplicar às despesas cofinanciadas pelos fundos estruturais e pelo fundo de coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos (COCOF 07/0037/03-PT)* devem ser tomadas em

consideração pelo Operador de Programa na resolução dos casos de irregularidades por incumprimento de regras de contratação pública.

4. Quaisquer montantes pagos indevidamente devem ser recuperados e reembolsados de acordo com o Quadro Legal.

5. O Operador do Programa deve comunicar à UNG as medidas tomadas para corrigir e resolver as irregularidades detetadas, dentro de um prazo de 30 dias, após conhecimento das evidências dessas irregularidades, suspeitas ou efetivas.

6. O Operador do Programa deve apresentar dentro de um prazo de 30 dias após o final de cada trimestre um relatório de progresso da investigação e resolução das irregularidades comunicadas, incluindo as principais conclusões obtidas a nível administrativo ou judicial, de acordo com o Artigo 11.5 do Regulamento.

7. O Operador do Programa deve utilizar o modelo de relatórios de irregularidades predefinido no Anexo 5 do Regulamento, sem prejuízo da possibilidade da UNG solicitar informação adicional.

#### **Cláusula 4.15**

##### **Suspensão de Pagamentos, Correções Financeiras e Reembolsos**

1. As regras e procedimentos aplicáveis a correções financeiras, em particular as que decorram de casos de irregularidades, devem estar previstas e desenvolvidas nos Sistemas de Gestão e Controlo do Operador de Programa referidos na cláusula 4.7 supra e em conformidade com o Quadro Legal.

2. A UNG pode suspender pagamentos ou impor correções financeiras e solicitar o reembolso de fundos ao Operador do Programa, caso seja tomada uma decisão nesse sentido por parte do FMC/FMO ou da UNG, de acordo com o Quadro Legal, em particular, as disposições do Capítulo 12 do Regulamento, o *Programme Agreement* (Anexo 2) e o Sistema Nacional de Gestão e Controlo (Anexo 3).

3. O Operador do Programa pode igualmente suspender pagamentos ou impor correções financeiras aos Promotores dos projetos e solicitar reembolso dos fundos, caso detete irregularidades de aplicação dos fundos, devendo informar o FMC/FMO e a UNG das circunstâncias que motivam a suspensão, correção financeira e/ou o reembolso.

4. O Operador de Programa é responsável por qualquer obrigação financeira decorrente da suspensão de pagamentos, correções financeiras e reembolsos no âmbito do Programa, incluindo juros de mora devidos pelo atraso nos reembolsos, nos termos do parágrafo 5 do Artigo 12.5 do Regulamento e fornecerá os montantes para reembolso requerido pelo FMC no prazo definido pela UNG.

#### **Cláusula 4.16**

##### **Reafecção de Apoios Financeiros**

1. Os apoios financeiros a projetos que, com a conclusão dos mesmos, não tenham sido totalmente utilizados, assim como os apoios financeiros a projetos que tenham sido cancelados devido a irregularidades ou quaisquer outros motivos, devem ser reafectados, nos termos do

Artigo 6.9 do Regulamento, a futuros convites para apresentação de propostas dentro do âmbito do Programa ou a atividades adicionais de Projetos já aprovados, na condição de que as referidas atividades adicionais contribuam para os objetivos desses Projetos.

2. De acordo com o Artigo 6.9 do Regulamento, qualquer decisão para reafecção de fundos a projetos já aprovados, deverá basear-se em recomendações do Comité de Seleção.

## **CAPÍTULO 5**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 5.1**

##### **Responsabilidade**

O Ponto Focal Nacional não será responsável perante qualquer entidade pelo incumprimento das obrigações do Operador de Programa, dos Promotores ou Parceiros dos Projetos ou por eventuais danos ou riscos decorrentes das atividades ou projetos do Programa, que resultem de qualquer ação ou omissão do Operador do Programa, ou dos Promotores de Projetos ou dos Parceiros.

#### **Cláusula 5.2**

##### **Modificações**

1. Sem prejuízo do número 6 da Cláusula 1.2 *supra*, o presente Contrato Programa pode ser modificado por acordo das Partes.
2. As Partes aceitam desde já alterar o presente Contrato Programa sempre que uma decisão do FMC e devidamente notificada à UNG deva ter esse efeito.

#### **Cláusula 5.3**

##### **Resolução de Litígios**

1. As Partes comprometem-se a resolver amigavelmente qualquer litígio que decorra da implementação do presente Contrato Programa.
2. Para os efeitos no número anterior, as Partes devem reunir no prazo máximo de 30 dias, a contar da ocorrência que originou o litígio, e lavrar uma ata dessa reunião.
3. Caso o litígio não seja solucionado dentro do prazo indicado, deverão as Partes comunicar essa situação às respetivas tutelas.
4. Sem prejuízo do número anterior, passados 60 dias da data da reunião referida no número 2 da presente cláusula sem que esteja resolvido o litígio em causa, devem as Partes submeter a questão ao membro de Governo com tutela da área do Desenvolvimento Regional para efetuar uma recomendação sobre a resolução do mesmo.

#### Cláusula 5.4

##### Resolução do Contrato Programa

1. O presente Contrato Programa pode ser revogado por acordo mútuo entre as Partes, após consulta ao FMC/FMO.
2. O presente Contrato Programa pode ser resolvido, após consulta ao FMC/FMO, nomeadamente nas seguintes situações:
  - a) no caso de resolução do *Programme Agreement*;
  - b) no caso de falha persistente por parte do Operador de Programa no cumprimento atempado e efetivo das obrigações definidas no Quadro Legal e no presente Contrato Programa.
3. A resolução do presente Contrato Programa não invalida as obrigações e responsabilidades do Operador de Programa decorrentes do Quadro Legal que se mantenham válidas após a resolução.
4. Em caso de resolução do presente Contrato Programa o Operador de Programa continua obrigado a remeter à UNG todas as informações e documentos que esta ou o FMC/FMO requeiram, devendo fazê-lo no prazo máximo de um mês após solicitação para o efeito.

#### Cláusula 5.5

##### Entrada em vigor e duração

1. O presente Contrato Programa entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O presente Contrato Programa mantém-se em vigor cinco anos após a data de aceitação do Relatório Final do Programa referido no Artigo 5.12 do Regulamento, em conformidade com a cláusula 5.4 do *Programme Agreement* (Anexo 2).
3. Caso a UNG cesse funções, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n. 26/2012, de 14 de Março, antes do termo do presente Contrato Programa referido no número 2 anterior, quaisquer obrigações remanescentes daquela, ao abrigo do presente Contrato Programa e do Quadro Legal, serão assumidas pelo organismo onde esteja inserida organicamente a UNG.

Pelo Ponto Focal Nacional

Pelo Operador de Programa

Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Assinado em Lisboa \_\_\_\_\_ 2013

Assinado em Lisboa, \_\_\_\_\_ 2013

\_\_\_\_\_  
(Jorge Moreira da Silva)

\_\_\_\_\_